

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E TEÓRICAS

INFORMATION SCIENCE, LIBRARY SCIENCE, ARCHIVAL SCIENCE AND MUSEOLOGY: INSTITUTIONAL AND THEORETICAL RELATIONS

Carlos Alberto Ávila Araújo
UFMG
casalavila@yahoo.com.br

Resumo

Discute-se as relações entre a Ciência da Informação e os campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, a partir de dois critérios: as questões de legitimação institucional e as relações teórico-científicas. Destaca-se a característica interdisciplinar da Ciência da Informação e a informação científica como elementos capazes de potencializar a integração destes três campos.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia.

1 INTRODUÇÃO

As ideias apresentadas neste texto fazem parte de um projeto de pesquisa intitulado “Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia”. Uma das etapas realizadas neste projeto foi o mapeamento da evolução histórica dos referidos campos, de forma a se evidenciar como se deram as relações institucionais e teóricas entre eles. Tal trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Neste texto, são apresentados alguns dos resultados deste trabalho, articulados por meio de duas discussões específicas: a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação (CI) e o conceito de informação como potencialidades para fazer dela um campo agregador das tradições e conhecimentos acumulados das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Neste texto, procurou-se consolidar, numa linha argumentativa única, uma compreensão de como se deram, histórica e teoricamente, as relações entre os campos de conhecimento da CI com a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, passando ainda pelas questões suscitadas pela Documentação. Para discutir essas relações, foram considerados dois planos de interação entre essas áreas: de um lado, histórico-institucional, relacionado com os espaços



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
DOI 10.5007/1518-2924.2011v16n31p110

e infraestrutura de realização destes campos (periódicos, associações científicas, cursos universitários, entre outros); de outro, o plano teórico-epistemológico, relacionado às teorias, reflexões e conceitos desenvolvidos no escopo destas áreas.

2 A ORIGEM DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

É razoavelmente consensual se identificar a origem da expressão “ciência da informação” com algumas atividades realizadas por certos cientistas, primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX (FEATHER; STURGES, 2003). Nesta época, vários cientistas, das mais diversas áreas (como, por exemplo, Química e Física), começaram a manifestar certas dificuldades em encontrar informação para o desenvolvimento de seus trabalhos nas instituições e serviços tradicionais (bibliotecas, arquivos e museus). Motivados por esta necessidade, alguns deles resolveram não mais se dedicar ao seu campo original de atuação, desenvolvendo pesquisas nas suas disciplinas científicas. Eles passaram a realizar um trabalho de buscar, condensar, organizar e disseminar a informação científica produzida em suas áreas, para subsidiar o trabalho de pesquisa de seus pares. Em alguns poucos anos, estes cientistas começaram a se autodenominar “cientistas da informação”, sendo que quem primeiro descreveu dessa forma seu trabalho foi Chris Hanson, da *The Association for Special Libraries and Information Bureau (Aslib)*, em 1956 (FEATHER; STURGES, 2003).

Embora houvesse alguma sobreposição entre o trabalho destes “cientistas da informação” e o trabalho de outros profissionais (notadamente os bibliotecários e os documentalistas), desde cedo, manifestou-se o interesse em estabelecer distinções. Os “cientistas da informação” definiram que trabalhavam com todos os tipos de serviços e sistemas de informação, pois estavam mais preocupados em satisfazer as necessidades de informação dos demais cientistas do que em conduzir algum tipo de instituição (uma biblioteca, por exemplo) ou guardar, preservar ou organizar documentos. Essa primeira caracterização terá, alguns anos depois, forte impacto na própria definição de CI.

Passado algum tempo, o número de “cientistas da informação” foi aumentando em tal medida que estes cientistas resolveram se organizar. Primeiro, em torno de um evento, a *Royal Society's Scientific Information Conference*, em 1948. Depois, em torno de uma instituição, fundando na Inglaterra o *Institut of Information Scientists* (1958), e, no mesmo ano, organizando um evento internacional - a famosa *International Conference on Scientific*

Information, realizada em Washington, que é algumas vezes identificada como o acontecimento que deu origem à CI (SHERA; CLEVELAND, 1977).

Ao longo da década de 1960, a expressão “ciência da informação” foi se consolidando aos poucos, primeiro dando nome a duas conferências realizadas no *Georgia Institute of Technology*, em 1961 e 1962; depois, com a criação, em 1966, do *Annual Review of Information Science and Technology* (Arist); e, em 1968, com a mudança do nome do *American Documentation Institute* (ADI) para *American Society for Information Science* (ASIS).

Estava “criada”, assim, a Ciência da Informação. Este mesmo movimento, ocorrido nos Estados Unidos, de transformação de institutos de Documentação em institutos de CI aconteceu em outros países, como, por exemplo, na França, com a criação do *Institut de l’information scientifique et technique* (Inist) e, na Espanha, com a *Sociedad Española de Información y Documentación Científica* (Sedic), atual *Asociación Española de Documentación y Información*. No Brasil, também foi este o caso, pois a CI surgiu na década de 1970, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) que, até então, se chamava Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Essa primeira manifestação da CI, surgida nos Estados Unidos, assumia-se, pois, como uma atividade essencialmente ligada ao contexto de produção científica, vinculada a estratégias para fazer circular de maneira mais eficaz os conhecimentos produzidos e registrados, garantindo rapidez no atendimento das necessidades de informação sentidas pelos cientistas. Contudo, é importante lembrar que essa primeira associação (a ASIS) surgiu no lugar de outra (a ADI), que representava outra área de conhecimento, a Documentação, existindo entre as duas uma grande proximidade. Para examinar essa aproximação, é importante detalhar o que foi a Documentação, enquanto projeto científico e enquanto projeto político-institucional.

3 A RELAÇÃO DA CI COM A DOCUMENTAÇÃO

A Documentação surgiu como uma iniciativa de dois advogados belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine. A primeira ação destes dois pesquisadores foi a criação, em 1892, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Daí em diante, eles se empenharam na realização de várias atividades, como a tentativa de construção de um Repertório Bibliográfico Universal, a criação de uma Classificação Decimal Universal, a busca de normalização pelo uso de fichas catalográficas, entre outras. Embora tendo diversos aspectos comuns com a área de

Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. 112

Biblioteconomia, os esforços deles estavam mais próximos de outra área, até então conhecida como Bibliografia, voltada menos para a criação de uma institucionalização e mais para a ideia de repertoriar todos os registros do conhecimento humano em escala mundial, promovendo um trabalho cooperativo. Paralelamente a uma série de atividades práticas e políticas (chegando mesmo ao planejamento de uma cidade mundial do conhecimento, o Mundaneum), Otlet preocupou-se em estabelecer bases teóricas para uma nova disciplina, chamada Documentação. No centro dessa nova disciplina estava o conceito de “documento”, entendido como algo além do livro, incorporando diversos outros tipos de suportes informacionais. Por esta e várias outras contribuições (como o fato de conceber a Documentação como uma atividade voltada para os cientistas e os especialistas), Otlet é comumente identificado como o precursor da CI, pois várias de suas ideias seriam, décadas depois, retomadas por teóricos da CI.

Porém, essa vinculação acabou por ser reinterpretada em diferentes contextos. Nos Estados Unidos, rapidamente a Documentação foi sendo esquecida, ficando, cada vez mais, divulgada a ideia do nascimento da CI no pós-guerra, um nascimento quase que “do zero”. Tanto que, no contexto norte-americano, normalmente são apresentados como os pais da CI autores como Bush, Wiener, Shannon, Bradford e Clarke (LILLEY; TRICE, 1989), sendo três deles vinculados ao MIT (*Massachusetts Institute of Technology*).

Na Europa, por outro lado, a Documentação persistiu em alguns países, sobretudo na Espanha, mas também na França e na Alemanha, como um campo capaz de congrega as ditas “ciências documentais” (permitindo conviverem nele, com relativa harmonia, a Biblioteconomia e a Arquivologia). Nestes locais, a CI, num primeiro momento, foi concebida como uma área estritamente vinculada à informação em ciência e tecnologia. O caminho da Documentação na Europa acabou por ser curioso, pois, de um lado, parecia querer constituir-se como campo teórico para abrigar distintas práticas com tradições tecnicistas (como a Biblioteconomia e a Arquivologia); porém, em alguns momentos, parecia querer constituir-se numa prática profissional específica, a dos documentalistas, que trabalhariam numa instituição própria e distinta das bibliotecas e dos arquivos - os centros de documentação.

Ao longo dos anos, foi-se construindo uma diferença maior entre as duas tradições. Nos EUA, a CI foi se aproximando da área de tecnologia da informação (inclusive com a ASIS mudando sua denominação para ASIS&T, incorporando o termo “*Technology*”). Na Europa, a CI

buscou maior aproximação com a área de cultura, estreitando laços, em alguns casos, com a História, como ocorreu em Portugal, e, em outros, como na França, com a Comunicação Social. No Brasil, a vinculação entre Ciência da Informação e Documentação também está na origem do campo, como já apontado, com a mudança de nome do IBBD para Ibiict.

A CI, que nasceu no contexto de produção e comunicação do conhecimento científico e tecnológico, viu desde cedo essa vocação constituir-se no seu eixo central, tanto em termos epistemológicos quanto em termos institucionais. Em termos epistemológicos, porque a ideia de ser uma ciência da informação científica desde cedo direcionou a CI para o estudo dos diferentes processos (de busca de informação, de transferência de informação, entre outros), envolvendo as mais diferentes instituições (universidades, centros de pesquisa, bibliotecas, arquivos, museus) e relacionados com os mais diversos tipos de informação (partindo dos mais formais, como os livros, tratados, enciclopédias, passando pelos mais provisórios, como os trabalhos apresentados em congressos, chegando até mesmo às dinâmicas de comunicação informal entre os cientistas, aos colégios invisíveis). Há aqui, portanto, alguma influência do projeto teórico da Documentação de Otlet. Além disso, esse esforço da CI para entender os vários aspectos envolvidos na questão da informação científica a conduziu para uma dinâmica interpretativa, problematizadora, de produção de conhecimentos (de tentativa do entendimento das várias dinâmicas, processos, produtos, níveis), traço que será essencial para sua identidade enquanto um campo científico.

Em termos institucionais, a CI ganhou espaço legitimado no âmbito de agências e mecanismos de política de informação científica. Passou a ter, dessa forma, uma dimensão mais instrumental de conhecimento aplicado, que é o de fornecer mecanismos para uma maior eficácia e eficiência na transferência do conhecimento científico. Sua institucionalização ganhou importância com a criação da primeira “*School of Information Studies*”, em 1974, por iniciativa de Robert Taylor na *Syracuse University* (SALAÜN; ARSENAULT, 2010, p. 27).

4 A RELAÇÃO DA CI COM A BIBLIOTECONOMIA

O espaço institucional ocupado pela CI no âmbito das políticas de informação científica, contudo, vai se mostrar, ao longo dos anos, insuficiente para sua consolidação como disciplina científica, na medida em que ele não se expande para além de determinadas instâncias governamentais. É por este motivo que, ao longo dos anos, começou a haver uma progressiva aproximação entre a CI e a Biblioteconomia.

A Biblioteconomia consistia, então, em uma área científica bastante consolidada em termos institucionais: contava com centros de formação (universidades), periódicos científicos e associações. O processo de sua consolidação começou ainda no século XIX, com a criação da primeira associação profissional, a *American Library Association* (ALA), em 1876, e da primeira escola de ensino superior, no ano seguinte, na Universidade de Colúmbia. Na década de 1920, foi criado o primeiro doutorado, na Universidade de Chicago.

A área carecia ainda de legitimidade epistemológica, na medida em que via a produção de conhecimentos científicos em seu âmbito limitada por dois aspectos. O primeiro deles é a natureza excessivamente instrumental dos trabalhos publicados. A maior parte do conhecimento produzido em e sobre Biblioteconomia consistia de manuais com compilação de várias práticas aplicadas ao longo dos tempos, com avaliações e comparações entre essas práticas e normalmente com julgamentos sobre a validade de algumas delas, gerando produtos mais voltados para uma orientação do “como fazer” do que propriamente reflexões problematizadoras, com o objetivo de conhecer, de saber “o que é”.

O segundo limite se dava pela natureza também muitas vezes instrumental, acessória, que as questões propriamente biblioteconômicas tomavam face a outras, às quais a biblioteca servia. Era comum se ver uma identificação entre o espaço reflexivo biblioteconômico e discussões sobre educação ou literatura, ou seja, sobre os conteúdos daquilo que era guardado ou tratado nas bibliotecas. Outras vezes, se via, no escopo da Biblioteconomia, discussões sobre editoração ou história do livro. Em todos estes casos, a Biblioteconomia parecia ceder espaço para a discussão de um “outro”, com um determinado conteúdo, este sim, a ser discutido, problematizado, conhecido cientificamente. Esses dois movimentos acabaram por gerar as duas grandes tradições de teorização em Biblioteconomia, que Mostafa (1985) caracteriza como “humanista” e “cientificista” e Lucas (2000) denomina “humanista” e “tecnicista”.

A aproximação entre a CI e a Biblioteconomia, que foi ocorrendo ao longo dos anos, não foi aleatória ou arbitrária. Ela se realizou de uma maneira consistente ao longo dos anos, porque, afinal, existia realmente um campo comum de preocupações e atuações. Um campo comum, não um campo coincidente, porém. Afinal, no escopo da CI, a biblioteca era apenas um dos lugares por onde circulava a informação, um dos serviços a ser consultado, um dos locais a armazenar e disponibilizar informação. Assim, a uma Biblioteconomia voltada quase que exclusivamente para a determinação das técnicas a serem utilizadas para o bom

funcionamento da instituição biblioteca abriram-se horizontes para se problematizar questões bem mais amplas.

O diálogo entre a CI e a Biblioteconomia não se deu sem desentendimentos. Proliferaram interpretações de que a CI seria uma área que queria tomar o lugar da Biblioteconomia, ou que a CI seria a evolução da Biblioteconomia, ou mesmo de que seriam áreas em conflito por uma mesma questão ou um mesmo objeto. Sobretudo nos países anglo-saxões e nórdicos, prevaleceu a ideia de uma grande área chamada “Biblioteconomia e Ciência da Informação” (*Library and Information Science*), visão que ainda guarda considerável importância nestes contextos.

No Brasil, essa pareceu ser uma tendência num determinado momento, mas não foi o que ocorreu. O Ibict consolidou-se como centro de pesquisa em CI e, por meio de um convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também como um centro de formação, por meio de um programa de pós-graduação. Embora composto por muitos bibliotecários, o Ibict privilegiou uma agenda de pesquisa voltada para a informação científica e tecnológica, os fluxos informacionais, a bibliometria e os estudos de usuários. Mas não houve a proliferação de outros centros como ele. No restante do país, ao longo dos anos, foram sendo formados programas de pós-graduação em CI, mas no âmbito de departamentos e escolas de Biblioteconomia, e essa vinculação acabou por ser fundamental para a construção identitária da CI.

Assim, no âmbito da CI do Ibict, uma ciência da informação científica e tecnológica, prevalecia inicialmente uma visão voltada para o uso da tecnologia e para as políticas governamentais de informação pensadas numa dimensão estratégica. No âmbito dos demais programas de pós-graduação brasileiros, a CI foi incorporando temáticas trabalhadas e desenvolvidas nos cursos de graduação em Biblioteconomia: a dimensão social da informação, sua vinculação com as práticas pedagógicas e literárias e seu papel na promoção da cultura. Houve, assim, entre a CI e a Biblioteconomia, uma contribuição de mão dupla: a CI ofereceu cientificidade à produção de conhecimentos na área de Biblioteconomia (os professores de Biblioteconomia se titularam em CI e na CI desenvolveram suas temáticas de pesquisa); a Biblioteconomia ofereceu, além da já citada infraestrutura institucional (departamentos universitários, periódicos científicos, congressos), uma maior diversidade de temáticas a serem trabalhadas (num processo que ocorreu, inclusive, no âmbito do próprio Ibict).

5 A RELAÇÃO DA CI COM A ARQUIVOLOGIA

Uma outra área do conhecimento, fortemente relacionada à CI, é a Arquivologia. A Arquivologia sempre teve traços identitários muito fortes com a Biblioteconomia. Ambas são igualmente antigas e ligadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano. Ambas desenvolveram, ao longo dos séculos, técnicas e procedimentos para, num primeiro momento, conservar e guardar os documentos; depois, organizá-los de maneira a serem recuperados e, em tempos mais recentes, para tornar acessíveis seus conteúdos. E, tal como a Biblioteconomia, também a Arquivologia não conseguiu desenvolver, ao longo dos anos, um corpo de conhecimentos propriamente científico.

Antes, o conhecimento produzido no âmbito da Arquivologia também era marcadamente tecnicista: consistia no acúmulo de diferentes procedimentos a serem transferidos para novas gerações, com poucas problematizações, questionamentos e experimentações relativas a essa dimensão técnico-instrumental. Tratava-se então do “equivoco tão vulgarizado que é assumir a técnica e a prática arquivísticas como teoria, [pois] incidiam quase sempre na vertente do fazer e não do conhecer” (SILVA et al., 1999, p. 18).

E ainda, tal como a Biblioteconomia, também a Arquivologia diversas vezes se via na condição de coadjuvante para discussões científicas relacionadas a outros campos. Notadamente, no caso da Arquivologia, isso se deu em relação ao campo da História – a ponto de ser comum a expressão “ciência auxiliar da História” para designar a Arquivologia. Dada a importância central dos arquivos históricos no âmbito do conhecimento científico em História, a Arquivologia (ou Arquivística) era frequentemente convocada a atuar num papel instrumental, a fornecer as condições para a execução de um adequado trabalho historiográfico. Mas não só da História, também à área de Administração a Arquivologia ofereceu seus préstimos, por meio da atividade de “gestão de documentos arquivísticos” (*records management*) que, da mesma forma, frequentemente viu desenvolverem-se, nela, discussões e problematizações mais administrativas do que propriamente arquivísticas. Na avaliação de Fonseca (2005), tanto o modelo historicista quanto o administrativo se voltaram essencialmente para aspectos pragmáticos, ligados à eficácia (da pesquisa histórica, num caso; do funcionamento da máquina burocrática, no outro) e, neste momento, a questão de ser ciência “não era prioritária” (FONSECA, 2005, p. 55).

A grande diferença entre a evolução da Arquivologia em relação à Biblioteconomia se deu, historicamente, no plano institucional. Enquanto a primeira conseguiu ocupar importantes

espaços institucionais no plano científico, a segunda frequentemente não conseguiu obter um espaço próprio. Conforme Delsalle (2000), a Arquivologia ocupou quatro tipos de espaços formativos institucionais: escolas de Paleografia e Diplomática, de CI, de Biblioteconomia e de História. Em muitos casos, viu sempre subsumida a problemática arquivística em prol de outras. Um destes casos é o do modelo arquivístico protagonizado pela *École de Chartes* e que foi adotado por diversas outras instituições, em que a Arquivística era concebida como disciplina auxiliar da História, como laboratório de pesquisa histórica na medida em que era o lugar onde estavam as fontes oficiais - o objeto de estudo da ciência histórica.

Em outros casos, e sobretudo nos países europeus de tradição mediterrânea (França, Portugal e Espanha), a Arquivologia conviveu com a Biblioteconomia no espaço institucional desta, ou então no espaço da Documentação. Mas a tradição tecnicista de ambas acabou por trazer muitos problemas, pois várias vezes se interpretou que, uma vez unificadas institucionalmente, as técnicas de uma deveriam ser utilizadas pela outra – tal como a “trágica aplicação da CDD” nos arquivos (LOPES, 2000, p. 259). Aplicações desta ideia geraram conflitos que até hoje ainda ressoam nas relações entre as duas áreas.

Em outros contextos, contudo, ocorreu outro fenômeno. A CI, uma vez instalada institucionalmente no campo antes ocupado pela Biblioteconomia, teve condições de oferecer à Arquivologia um espaço legitimado de constituição disciplinar – e num regime que não fosse de subserviência a outra problemática colocada de fora, relativa ao conteúdo dos documentos arquivísticos (seja conteúdo histórico ou administrativo). No plano internacional, isso se deu principalmente em locais onde se formaram institutos ou centros de “*Information Studies*” (Canadá, algumas universidades nos Estados Unidos e Inglaterra). No Brasil, as mesmas escolas, faculdades e departamentos de Biblioteconomia que abrigaram programas de pós-graduação em CI (alguns já com a denominação “Ciência da Informação”) passaram a ser um espaço efetivo para a construção de cursos de Arquivologia (impulsionados pelo fato de vários docentes e pesquisadores em Arquivologia terem se titulado em CI).

Este processo, tal como aquele que provocou a ligação entre CI e Biblioteconomia, também se deu num movimento de mão dupla. De um lado, a CI ofereceu à Arquivologia possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos, indo além da dimensão de produção de manuais de “como fazer”. Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematizasse questões que vão além da instituição arquivo: as políticas de informação, os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista

arquivístico, entre outras. Ao mesmo tempo, a Arquivologia trouxe para a CI não apenas um rico acúmulo de técnicas, conceitos e visões sobre os documentos arquivísticos, mas também ideias sobre a organicidade e o ciclo de vida dos documentos, sobre patrimônio e memória, sobre a historicidade dos registros do conhecimento humano para todas as disciplinas científicas pertencentes ao campo das ciências humanas e sociais (afinal, a historicidade é uma marca distintiva de todos os fenômenos humanos, portanto dimensão incontornável de todas as ciências sociais e não apenas da História). Mas esse processo de fertilização de mão dupla, no caso da Arquivologia, ainda é menos profundo do que aquele verificado com a Biblioteconomia.

6 A RELAÇÃO DA CI COM A MUSEOLOGIA

Já a aproximação da CI com a área de Museologia, até o momento, vem se dando de uma forma bem menos intensa. A Museologia partilha, com a Biblioteconomia e a Arquivologia, algumas características: tradição milenar, preocupação inicial com a preservação passando para a organização e chegando à acessibilidade, produção de conhecimentos essencialmente manualística e procedimental. Essa tradição, conforme apontam Mairesse e Desvallés (2005), vem desde 1565, com o tratado de Quicchenberg, passando pelos vários tratados do século XIX (como, por exemplo, o de Reinach, com títulos em “museografia”, portanto mais voltados à técnica), até o surgimento da expressão “museologia”, criada por Rathgeber em 1839.

Mas há outra característica partilhada que, no caso da Museologia, é muito mais forte: sua vinculação a outras áreas de conhecimento, para as quais a Museologia “presta serviços”. São muito constantes, na produção de conhecimentos museológicos, discussões específicas sobre Arte, sobre História, sobre Antropologia/Arqueologia. Assim, se há uma produção sobre museus de arte, quase toda a discussão centra-se na questão da arte e a problemática propriamente museológica é mínima. O mesmo vale para as outras áreas do conhecimento. Um dos resultados disso é o esvaziamento da Museologia como campo de conhecimento específico: por detrás dos conhecimentos produzidos está sempre um “outro”: um historiador, um artista, um antropólogo. O pouco que resta de uma discussão especificamente museológica reduz-se, usualmente, a manuais que descrevem práticas e técnicas a serem adotadas, que analisam experiências e estudos de caso bem ou mal sucedidos. Outro resultado é a enorme dispersão institucional da Museologia: em alguns locais ela está vinculada a

escolas, institutos ou faculdades de Belas Artes; em outros, de História; em outros, de Antropologia ou Arqueologia; em outros ainda, de Ciências Biológicas ou Geológicas. E estes diferentes grupos muitas vezes não conversam entre si, impossibilitando a construção de um corpo consistente de conhecimentos.

Isso se deu nas duas principais tradições fundadoras da produção de conhecimento museológico (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006), tanto a mediterrânea de origem francesa, cujo paradigma é o *Musée du Louvre*, voltada para as coleções artísticas, para o deleite e a erudição, quanto a anglo-saxã, inaugurada com o *British Museum* (um museu de ciência e tecnologia), marcada por uma dimensão pragmática, utilitária e de educação dos públicos.

A institucionalização ocorrida com a Museologia desde o início do século XX privilegiou muito mais a cooperação internacional do que sua legitimação disciplinar (MAIRESSE; DESVALLÉS, 2005), mesmo após a criação, no seio da Unesco, do *International Council of Museums* (ICOM), em 1947 e, dentro dele, do *International Committee for Museology* (Icofom), um comitê internacional voltado para o estudo da Museologia (DUARTE, 2007, p. 33).

Algumas aproximações entre Museologia e as áreas de Biblioteconomia e Arquivologia ocorreram, sobretudo na França (por meio da ideia de disciplinas da área de Política Cultural) e na Espanha (a partir do modelo das ciências documentais, as ciências do patrimônio). Particularmente na França, embora a Museologia (ou, como apresentado na época, “Museoconomia”) já fosse indicada como parte da CI (LE COADIC, 1996), esse entendimento parece ter se clarificado bastante nos últimos anos, com uma inserção mais incisiva da Museologia no campo da CI (LE COADIC, 2008, p. 227). Na Espanha, os manuais têm inserido a Museologia como uma das instituições documentais (LÓPEZ YÉPES, 2006; MARTÍNEZ COMECHE, 1995). Na Inglaterra e nos Estados Unidos, se vê mais recentemente um movimento de aproximação principalmente a partir do uso de tecnologias de informação nos museus, tanto como recurso de interatividade quanto na construção de novos espaços institucionais, os museus virtuais, com a chamada área de “*Museum Informatics*” que trata das interações sóciotécnicas que ocorrem entre as pessoas, a informação e a tecnologia nos espaços museais (MARTY; JONES, 2008), bem como com a ideia do “museu virtual” (DELOCHE, 2002).

No Brasil, a área de Museologia encontra-se igualmente dispersa institucionalmente, sendo um dos movimentos o de sua incorporação, junto com Biblioteconomia e Arquivologia, no

escopo da CI. Espera-se com isso repetir, mais uma vez, o modelo de um duplo enriquecimento: a CI fornecendo uma estrutura unificadora, científica, de questões propriamente museológicas independente do conteúdo ou assunto do museu em questão; e a Museologia fornecendo mais um campo de aplicação, um espaço de circulação de informação e produção de conhecimento a ser estudado e problematizado.

7 UMA CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL DA CI: A INTERDISCIPLINARIDADE

Desde seu surgimento, a CI buscou estabelecer alguns traços identificadores. Possivelmente o mais propalado destes traços é a sua caracterização como uma “ciência interdisciplinar” (WERSIG, 1993). Sendo uma construção jovem, recente, a CI se beneficiou do fato de se constituir no momento mesmo em que começavam as discussões epistemológicas sobre os limites da ciência “disciplinar” e apareciam os primeiros projetos de pesquisa interdisciplinares. E, assim, as primeiras definições de CI sempre a caracterizavam como uma ciência interdisciplinar.

Curiosamente, contudo, o entendimento do significado disso sempre foi muito variável. O primeiro entendimento comum foi de que a CI seria interdisciplinar, porque nela atuariam profissionais e pesquisadores oriundos dos mais diversos campos de conhecimento, desde a Engenharia até à Psicologia. Tal entendimento, desta forma, via a questão da interdisciplinaridade como uma condição concreta de funcionamento de uma ciência, tomando, ao que parece, o efeito pela causa: a CI não seria interdisciplinar pelo modo como se produz o conhecimento científico em seu seio, mas apenas pelo fato de, nela, atuarem pesquisadores de várias formações – independente do fato de essa condição propiciar ou não a contribuição dos conhecimentos produzidos nestas formações “de origem”. Apesar disso, tal entendimento foi importante na medida em que permitiu legitimar a chegada dos pesquisadores de várias disciplinas ao campo da CI, principalmente naqueles casos de programas de pós-graduação em CI que funcionavam em escolas de Biblioteconomia, com cursos de graduação em Biblioteconomia, ao qual acediam profissionais sem formação biblioteconômica.

Outro entendimento comum dessa característica foi de que a interdisciplinaridade da CI adviria de sua condição de ser uma ciência que presta serviços (de informação) a outras ciências. As primeiras definições de CI como uma ciência da informação científica e

tecnológica frequentemente a associavam à ideia de uma “metaciência”. Tal argumento não se sustentou ao longo dos anos, por duas razões. Primeiro porque prestar serviço a todas as áreas de conhecimento não implica se relacionar epistemologicamente com elas, ou seja, não forma relacionamentos interdisciplinares, de interação mútua na produção de conhecimentos. E segundo, porque tal visão acaba por reforçar uma visão excessivamente instrumental da CI, visão esta da qual a área constantemente lutou para libertar-se nos anos subseqüentes à sua formação.

Há ainda outra visão, segundo a qual a CI não seria interdisciplinar ainda, mas estaria tentando ser. Conforme esta visão, a CI recebe, sim, contribuições de diferentes áreas científicas (que contribuem com conceitos, teorias, modelos, metodologias). Mas como as outras áreas não recebem a mesma contribuição da CI (e, frequentemente, nem mesmo a conhecem), não haveria interdisciplinaridade de fato. Tal visão é atenta ao fato de que a interdisciplinaridade só se realiza numa perspectiva do diálogo mas, ao colocá-lo na perspectiva de todas ou de várias ciências, esvazia o potencial desta característica de servir de traço identificador da CI.

Resta, ainda, uma visão do que significa ser uma ciência interdisciplinar, que vem sendo perseguida nos últimos anos por teóricos da CI. De acordo com essa visão, a interdisciplinaridade seria uma predisposição para o diálogo, para o conviver e para uma afetação mútua dessa convivência. Neste ponto de vista, a CI gostaria de fazer conversar, sim, os conhecimentos oriundos das várias disciplinas científicas (Engenharia, Computação, Economia, Sociologia, Antropologia, entre outras) dentro dela, isto é, no momento mesmo da sua própria construção de conhecimento científico.

Ainda seguindo esse raciocínio, seria justamente essa propensão da CI para o diálogo, para abarcar as diferentes contribuições, que potencializaria sua capacidade para acomodar áreas de conhecimento com tão longa tradição (às vezes próxima, às vezes distante umas das outras) como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. A CI não seria um campo formado com conhecimentos prontos, consolidados, a serem impostos “de cima para baixo” sobre estas áreas. Seria, antes, espaço para uma fertilização mútua, para uma constante interrogação sobre os conhecimentos até então produzidos, para um enriquecimento a partir da incorporação de elementos de diferentes áreas. Enfim, a interdisciplinaridade seria, sim, uma característica crucial da CI, principalmente em sua intenção de acomodar e ao mesmo permitir se desenvolverem as três áreas, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

8 EVOLUÇÃO TEÓRICA NAS TRÊS ÁREAS

A evolução dos conhecimentos teóricos produzidos em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia evidencia vários aspectos comuns. Em primeiro lugar, o fato de os primeiros tratados conhecidos terem surgido no período do Renascimento – momento histórico em que a produção humana, expressa em livros, documentos, manuscritos, quadros, objetos do cotidiano (vestimentas, utensílios) e mesmo em objetos da natureza recolhidos e interpretados, foi valorizada, no seio da efervescência de atividades artísticas, filosóficas e científicas. Com o advento da Modernidade, surgiram as “modernas” instituições arquivo, biblioteca e museu, vinculadas à ideia de “público”, aos valores dos Estados Nacionais e da democracia. Os conhecimentos gerados nas três áreas passaram então a privilegiar as atividades e rotinas a serem executadas nestas instituições. No século XIX, com o desenvolvimento do Positivismo nas ciências humanas e sociais, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia constituíram-se como disciplinas científicas por meio da ênfase no fazer técnico e instrumental.

A partir destes três momentos, consolidou-se, em cada uma das três áreas, um “paradigma” custodial e tecnicista (SILVA, 2006), voltado para os produtos custodiados, as regras das instituições custodiais e as técnicas de tratamento dos acervos. O fato de se consolidarem por meio de um mesmo paradigma, o custodial e tecnicista, poderia apontar para uma aproximação entre elas. No entanto, o que ocorreu foi que a ênfase nas especificidades institucionais e técnicas acentuou as diferenças entre elas e foi ainda reforçada pela atuação das associações profissionais formadas no final do século XIX e início do século XX.

O conhecimento teórico que se seguiu nas três áreas, ao longo do século XX, pode, apesar de sua imensa diversidade, ser agrupado em quatro grandes eixos - que evidenciam justamente, e ao contrário do que ocorreu através do primeiro paradigma, movimentos de aproximação entre elas.

O primeiro destes eixos diz respeito a uma grande vertente de teorias em prol da transformação dos arquivos, bibliotecas e museus em instituições “vivas”, “dinâmicas” e “ativas”. Tais estudos buscavam denunciar o isolamento em que essas instituições viviam em relação a seus públicos, propondo que justificassem os investimentos nelas realizados oferecendo serviços e produtos efetivamente usados e acessados pelas pessoas. De natureza essencialmente funcionalista, isto é, voltados para a identificação de determinadas funções a serem cumpridas na sociedade pelas instituições arquivo, biblioteca e museu, esses estudos

contribuíram para a criação e/ou aperfeiçoamento de vários serviços e atividades. No âmbito da Biblioteconomia, inserem-se nesse eixo os manifestos dos *Public Library Movements* conduzidos por autores como Mann, Barnard e Green; os estudos sobre as relações entre biblioteca e sociedade dos pesquisadores da Universidade de Chicago (entre os quais se destacam Butler, Danton e Shera); as leis e princípios da Biblioteconomia estabelecidos por autores como Ranganathan, Urquhart e Thompson; e os manuais de Biblioteconomia que destacam suas funções tais como os de Lasso de la Vega e de Litton. No âmbito da Arquivologia, os manuais de Jenkinson e Casanova já propunham um papel importante para os arquivos no sentido de sua eficácia e dinamização. Tal eixo se manifestou ainda nas propostas de dinamização e ação cultural dos arquivos de autores como Alberch i Fugueras; na área de Avaliação de Documentos; e nas teorizações sobre as idades dos documentos arquivísticos feitas por autores como Brooks e Schellenberg. Na Museologia, a principal manifestação dessa perspectiva se deu na área de *Museum Education* envolvendo autores como Dana, Flower e Gilman, mas também nas propostas do “Museu imaginário” de Malraux, de comunicação museológica desenvolvida por Cameron e na atual “Nova Museologia” proposta por Vergo, Merriman e outros, no sentido de uma ampliação da eficácia dos museus no cumprimento de suas funções sociais.

Esse leque de propostas de revitalização e dinamização dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, por meio de reflexões sobre as suas funções e da criação de novos serviços e ações, não foi o único campo de desenvolvimento das três áreas no século XX. Diversos estudos buscaram analisar criticamente as ações exercidas por estas instituições, buscando denunciar sua dimensão ideológica, isto é, problematizando sua vinculação a relações de dominação e exercício de poder. Na Biblioteconomia, tal vertente se manifestou nos estudos em ação cultural desenvolvidos por autores como Flusser e Milanesi, além de abordagens marxistas sobre os circuitos do livro conduzidos por Estivals, Meyriat e outros. Na Arquivologia, destacam-se os estudos de Boutier sobre os critérios arquivísticos, de Jardim e outros sobre as políticas de informação e os arquivos, de Colombo e Derrida sobre a obsessão das sociedades contemporâneas com o arquivamento, e, recentemente, as análises sobre os arquivos e os contextos político-jurídicos nos quais eles se inserem, levados a termo por autores como Cook, Caswell e Harris. Na Museologia, as primeiras manifestações críticas foram conduzidas por artistas como Zola e Valéry. Mas os principais estudos nesse sentido se deram a partir de Bourdieu, que vinculou os museus às dinâmicas de distinção social por meio da cultura, e dos estudos de Anderson sobre os museus e a construção ideológica das identidades nacionais.

Atualmente, vem se desenvolvendo um campo denominado “Museologia Crítica”, agrupando autores como Lorente, Santacana Mestre e Hernández Cardona.

As duas correntes apresentadas acima, contudo, voltaram-se para as ações exercidas pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos museus sobre as pessoas e a sociedade. Numa linha oposta, desenvolveram-se nas três áreas campos de estudo voltados para os indivíduos, usuários destas instituições, buscando ver suas ações de uso, apropriação e atribuição de significados. Na Biblioteconomia, encontram-se os primeiros “estudos de comunidade”, passando pelos estudos sobre perfis de usuários e uso de informações conduzidas por autores como Paisley, Brittain e Line, chegando aos estudos atuais de natureza construtivista realizados por pesquisadores como Kuhlthau e Todd. Na Arquivologia, o campo de estudos de usuários de arquivos ainda é pouco desenvolvido, mas pesquisas sobre necessidades de informação foram realizadas por autores como Taylor, Dowle, Pugh e Cox. Na Museologia, o campo de “estudos de visitantes” começou com pesquisas sobre os percursos dos visitantes (com Gilman e Galton), passando pelos estudos de comportamento (feitos por Robinson, Gibson, Bloomberg e outros) e de medidas de aprendizagem (iniciados por Shettel e Screven), sendo atualmente representados por abordagens construtivistas conduzidas por autores como McManus, Loomis, Uzzell, Falk e Dierking.

Uma quarta vertente de estudos nas três áreas buscou problematizar uma dada dimensão: as ações de representação promovidas pelos arquivos, bibliotecas e museus, por meio de estratégias diversas como a normalização, a inventariação, a classificação, a indexação, a avaliação e a exposição. Na Biblioteconomia, tal dimensão se manifestou na área de Catalogação - desde suas origens até problematizações atuais promovidas por autores como Thillet - e na área de Classificação, desde os primeiros sistemas de classificação bibliográfica criados por Dewey, Bliss e Brown, passando pela Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan e sua incorporação pelos pesquisadores do *Classification Research Group*, até as perspectivas contemporâneas em análise de domínio e ontologias. Na Arquivologia, o manual de Muller, Feith e Fruin inaugurou uma corrente de estudos sobre descrição arquivística, presente em manuais, como os de Tascón e Tanodi, nas teorizações sobre os *record groups* (por Holmes e Scott) e sobre o conceito de fundo e o princípio de proveniência (realizadas por autores como Laroche, Duchein e Duranti), além de pesquisas de autores como Cook que subsidiaram os padrões internacionais de descrição arquivística. Na Museologia, a área de Documentação Museológica surgiu no início do século XX a partir do trabalho de autores como Wittlin e Taylor. Recentemente, pesquisadores da Universidade de Leicester,

como Hooper-Greenhill e Pearce, vêm desenvolvendo reflexões sobre as práticas de construção de sentido promovidas pelos museus, e também Bennett desenvolve trabalhos sobre a exposição museológica como discurso.

Esses quatro eixos de produção de conhecimentos em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, mais do que apontar as distinções entre essas áreas, acabaram por constituir pontos de encontro, de aproximação, na medida em que vários dos processos estudados (as funções sociais, a manipulação ideológica, as apropriações dos usuários, as dinâmicas de significação operadas pelos mecanismos de representação) se revelaram comuns às três áreas.

As tendências contemporâneas em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia buscam construir conhecimentos incorporando os avanços obtidos pelas teorias e pelos estudos desenvolvidos ao longo do século. Assim, em Biblioteconomia realizam-se atualmente estudos sobre Mediação Bibliotecária, sobre Competência Informacional e sobre as Bibliotecas Digitais. No campo da Arquivologia, destacam-se a Arquivística Integrada originada no Canadá, os estudos sobre arquivos como construções sociais e também sobre os arquivos pessoais. Na Museologia, destaca-se a “Nova Museologia” (tal como concebida por Rivière e Varine, isto é, relacionada com os ecomuseus), os estudos sobre patrimônio imaterial, sobre o fenômeno da “musealidade” e sobre os museus virtuais.

Todas essas tendências atuais possuem, em comum, a definição do objeto de estudo para além dos acervos custodiados, das dinâmicas institucionais e das técnicas de tratamento das coleções. Voltam-se para os fluxos, para o imaterial, para as interações entre os usuários e os arquivos, as bibliotecas e os museus. Mais do que no acesso, pensam nos usuários como sendo também produtores. Problematizam realidades em que ainda não existe a intervenção arquivística, biblioteconômica ou museológica. Em suma, voltam-se não mais para os produtos (os livros, os documentos, os objetos), mas para a própria ação humana de criar, interpretar, usar, selecionar e distribuir os vários produtos e registros do conhecimento. E é aí que existe um ponto de contato com o conceito de informação.

Como lembra Capurro (2008), “informação” significa, etimologicamente, a ação humana de “in-formar”, isto é, dar forma, conferir existência material, a pensamentos, ideias, impressões, reflexões. Nesse sentido, o conceito de informação se aproxima das abordagens que privilegiam o estudo da musealidade, do ciclo de vida dos documentos, das competências informacionais, das mediações, dos fluxos.

O conceito de informação vem sendo desenvolvido sistematicamente pela CI desde seu surgimento. Conforme Capurro (2003), a CI, inicialmente movida por um “paradigma físico”, entendia a informação apenas como objeto físico, passível de ser transmitido e recuperado com precisão matemática. Depois, a partir de um “paradigma cognitivo”, passou a considerar, para a definição do que é informação, o conhecimento nas mentes dos produtores e usuários. Por fim, em anos mais recentes, por meio de um “paradigma social”, a informação vem sendo entendida como algo definido e construído por coletivos de pessoas em interação. O conhecimento acumulado pela CI ao longo de sua evolução vem permitindo a compreensão da informação em todas essas dimensões (a física, a cognitiva e a social), ou seja, movendo-se dos registros físicos para sua dimensão significativa e sua inserção no campo da ação humana. São contemplados, nesta perspectiva, os diferentes suportes materiais, contextos institucionais e práticas humanas em torno dos registros materiais e da dimensão imaterial do conhecimento humano. Trata-se, enfim, de um vasto campo de possibilidades teóricas para o desenvolvimento das abordagens contemporâneas, e futuras, em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações institucionais e teóricas entre as áreas analisadas neste artigo vivem há décadas movimentos de aproximação e afastamento. Já houve tentativas de integração como, por exemplo, nas propostas de harmonização curricular promovidas pela Unesco em 1974 que, contudo, “não surtiram efeitos práticos relevantes.” (RIBEIRO, 2002, p. 426). No Brasil, aconteceram algumas esparsas iniciativas, como, por exemplo, a realização do I INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, ocorrido em São Paulo no ano de 2002.

Nos últimos anos, contudo, a expansão vivida no ensino superior público federal propiciou condições para a criação de vários cursos de Arquivologia e de Museologia. Experiências de integração entre as três áreas têm sido conduzidas, em diferentes níveis, na Universidade de Brasília - UnB (SIMEÃO, 2009), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (OLIVEIRA; ROCHA, 2008) e na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (CENDÓN et al., 2008; ARAÚJO et al., 2010). Os processos de integração podem ser tanto um risco quanto uma oportunidade. Acreditando nesta última opção, espera-se que este texto

colabore para a criação das condições propícias para o diálogo – e, quem sabe, a desejada integração.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carlos Alberto et al. O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 282-307, jan./abr. 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

_____. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. **Anais...** Leon: Universidad de Leon, 2008.

CENDÓN, Beatriz et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 223-240, set./dez. 2008.

DELOCHE, B. **El museo virtual**. Gijón: TREA, 2002.

DELSALLE, Paul. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DUARTE, Adelaide. **O museu nacional da ciência e da técnica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

FEATHER, John; STURGES, Paul (Ed). **International encyclopedia of information and library science**. Nova Iorque: Routledge, 2003.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Javier. **Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos**. Gijón: TREA, 2006.

LE COADIC, Yves. **A ciencia da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

_____. Science de l'information. In: CACALY, Serge et al. **Dictionnaire de l'information**. Paris: Armand Colin, 2008, p. 225-230.

LILLEY, Dorothy; TRICE, Ronald. **A history of information science: 1945-1985**. San Diego: Academic Press, 1989.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

LÓPEZ YÉPES, José (Org). **Manual de ciencias de la documentación**. Madrid: Pirámide, 2006.

LUCAS, Clarinda. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. Brève histoire de la muséologie: des Inscriptions au Musée virtuel. In: MARIAUX, Pierre (Org). **L'object de la muséologie**. Neuchâtel: Institut de l'art et de muséologie, 2005.

MARTÍNEZ COMECHE, Juan. **Teoría de la información documental y de las instituciones documentales**. Madrid: Síntesis, 1995.

MARTY, Paul; JONES, Katherine (Org). **Museum informatics: people, information and technology in museums**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MOSTAFA, Solange. **Epistemologia da biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Linete; ROCHA, Rafael. Da fragmentação da informação à integração: o caso dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: FRIAS, J. A.; CRÍSPULO, T. (Org.). **Formación, Investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, p. 389-400.

RIBEIRO, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, 2002. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, p. 419-440.

SALAÜN, Jean-Michel; ARSENAULT, Climent. **Introduction aux sciences de l'information**. Paris: La Découverte, 2010.

SHERA, Jesse; CLEVELAND, Donald. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Washington, v. 12, 1977, p. 249-275.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 2002.

_____. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SIMEÃO, Elmira. Solenidade de criação do curso de museologia da Universidade de Brasília – Antecedente. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/ciencia_informacao/antecedentes_da_criacao.html>. Acesso em: 18 de março de 2010.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**. v. 29, n. 02, mar. 1993, p. 229-239.

Abstract

In this article we discuss the relationship between Information Science and the fields of Library Science, Archival Science and Museology, based on two criteria: the issues of institutional legitimacy and the theoretical and scientific relations. We points to the interdisciplinary character of Information Science and the scientific concept of information as components of enhancing the integration of these three fields.

Keywords: Information Science; Library Science; Archival Science; Museology.

Originals recebidos em: 09/11/2010

Aceito para publicação em: 03/05/2011